08

Cultura e desenvolvimento sustentável no contexto amazônico

Yanna Calderaro Vinhote Canto
Universidade Federal do Oeste do Pará
jurandir.soareslira@gmail.com | LATTES

Itamar Rodrigues Paulino
Universidade Federal do Oeste do Pará
itasophos@gmail.com | LATTES

Recebido em: 3 de junho de 2024.
Aprovado em: 5 de março de 2025.

DOI: http://dx.doi.org/10.5965/1984317820220240163

Esta revista está licenciada com uma *Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.*

Os artigos publicados na Revista Educação, Artes e Inclusão passam pelo *Plagiarism Detection Software | iThenticate*

Cultura e desenvolvimento sustentável no contexto amazônico

Cultura e sustentabilidade são dimensões fundamentais do desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Os processos socioculturais são basilares na constituição de ações sustentáveis, pois contribuem com o desenvolvimento de sociedades inclusivas e promovem a relação solidária entre grupos de diferentes origens identitárias. Nosso objetivo neste artigo é discutir as relações conceituais e práticas entre cultura e sustentabilidade numa perspectiva que inclui gestão da cultura, ações e vozes de criadores e fazedores de cultura na Amazônia brasileira com o desenvolvimento sustentado. Como procedimento metodológico, utilizamos indicadores cientométricos de produções de pesquisadores e estudiosos que concentraram suas investigações e publicações na temática da Amazônia Brasileira. Os temas averiguados na coleta de informações se referem à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e cultura. Os dados coletados nos permitiram fazer análises sobre práticas de desenvolvimento sustentável. Entretanto, quando relacionamos a temática com a cultura, os dados coletados evidenciaram a escassez de discussão do assunto, principalmente na região amazônica. Ainda assim, os resultados nos permitem considerar que práticas culturais, conservação da natureza e desenvolvimento sustentado na Amazônia brasileira são pilares que garantem uma saudável relação entre natureza e profuso desenvolvimento das comunidades locais.

Palavras-chave: **:** Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Cultura.

Culture and sustainable development in the Amazon context

Culture and sustainability are fundamental dimensions of the contemporary societies' development. Sociocultural processes are fundamental in the creation of sustainable actions, as they contribute to the development of inclusive societies and promote supportive relationships between groups of different identity origins. Our objective in this article is to discuss the conceptual and practical relationships between culture and sustainability from a perspective that includes culture management, actions and voices of creators and makers of culture in the Brazilian Amazon region with sustained development. As a methodological procedure, we used scientometric indicators of productions by researchers and scholars who focused their investigations and publications on the theme of the Brazilian Amazon. The themes investigated in the collection of information refer to sustainability, sustainable development, and culture. The data allowed us to analyze sustainable development practices. However, when we relate the topic to culture, the data highlighted the scarcity of discussion on the subject, especially in the Amazon region. Yet, the results allow us to consider that cultural practices, nature conservation and sustained development in the Brazilian Amazon region are pillars that guarantee a healthy relationship between nature and the profuse development of local communities.

Keywords: Sustainable development; Sustainability; Amazon. Culture.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento Sustentável (DS) pode ser conceituado como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações vindouras atenderem suas próprias necessidades (Souza; Armada, 2017). Já a Sustentabilidade relaciona-se com uma mudança de cenário epistemológico, pois provoca um repensar dos valores humanos, das opções políticas, e procura garantir processos eficientes de desenvolvimento da economia voltada à igualdade social, aos direitos individuais e coletivas e as obrigações resultantes desse processo, e superação do individualismo que centra sua autonomia na defesa de interesses pessoais pelo coletivismo, voltado para as garantias do senso comunitário (Elkington, 2012). Esse pensamento corrobora Ribeiro e Paulino (2023):

> Hoje é possível saber do potencial do meio ambiente e como ele pode ser explorado. Diferentemente do passado, em que o recurso ambiental era visto como infindável, nos tempos atuais a percepção é oposta. Os recursos naturais dos quais somos dependentes poderão não fazer mais parte da sustentação e satisfação das necessidades das gerações futuras. A mentalidade do progresso técnico, defensora da renovação constante de recursos naturais, como água e solo, e do equilíbrio climático sem gestão ecologicamente prudente, é no mínimo desastrosa para a humanidade. Ribeiro, Paulino, 2023, p. 104).

Assim, considerando que um dos grandes desafios da geração atual são as mudanças climáticas, um padrão global de consumo exacerbado, reorganização humana das estruturas da natureza focando a alta produtividade com auxílio de produtos agrotóxicos e suas consequências para os comportamentos culturais das sociedades contemporâneas, o presente artigo intenta discutir o significado de desenvolvimento sustentável, articulando esse conceito com a cultura, sobretudo com o trabalho e a voz de criadores e fazedores de cultura amazônida. Para uma compreensão mais objetiva dos resultados de nossa investigação, organizamos nosso texto com as seguintes seções: fundamentos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade; acerca dos objetivos do desenvolvimento sustentável; discussão sobre cultura e sustentabilidade.

FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA SUSTENTABILIDADE

Nas últimas décadas, o desenvolvimento do ser humano no planeta, evidenciado pelos avanços tecnológicos, tem sido bastante intensificado. Nesse período, o homem buscou controlar a natureza. A partir da década de 1970, sobretudo, o crescimento desordenado das cidades e o aumento no ritmo de crescimento populacional alterou significativamente a delicada constituição da biosfera (Souza; Armada, 2017).

Já no início da década de 1980, os problemas intensificaram-se e, os danos ambientais tornaram-se recorrentes, como: grandes catástrofes locais com amplas consequências (acidente nuclear na usina de Chernobyl); urbanização maciça, contaminação das águas, envenenamento dos solos por pesticidas e fertilizantes; desertificação, desmatamento, etc; efeito estufa, decomposição da camada de ozônio, etc. (Souza; Armada, 2017).

Desde aquela década, um novo cenário epistemológico tem sido desenhado para se pensar a sociedade pós-moderna. A razão crítica que passa a ser considerada a partir do novo cenário epistemológico fez emergir uma crise ambiental também passou a representar uma crise da civilização, do esgotamento de um modo de vida baseado no consumo. Além disso, o rompimento do cenário epistemológico moderno que garantia o progresso pela exploração massiva da natureza como modelo de sustentação do modo de vida consumocentrista da sociedade moderna evidenciar o limiar do passado e constitui o grande desafio que se apresenta nestas primeiras décadas do século XXI.

Vale destacar que o consumo vem deixando para segundo plano as preocupações com todos os demais aspectos relacionados com a vida humana, inclusive a preservação do meio ambiente (Souza; Armada, 2017), preocupação presente nos habitantes da floresta, com identidades culturais singulares, deslocadas do tecido social nacional e harmonizadas às dinâmicas naturais do ambiente da mata. Por isso, a mudança de cenário epistemológico, desmontando a lógica do progresso das sociedades fundado na exploração ilimitada da natureza, e propondo a sustentabilidade como foco do desenvolvimento com o uso da natureza é necessário e fundamental para as gerações presentes e futuras.

Assim sendo, é urgente promover mudanças necessárias aos padrões de consumo; a proteção dos recursos naturais; o desenvolvimento de tecnologias que ajudem na gestão ambiental dos países; combate ao desmatamento, perda de solo e desertificação; proteção a mananciais; despoluição de água e ar; gestão de resíduos tóxicos; além de combate efetivo à pobreza e à dívida externa dos países em desenvolvimento; mudança de hábitos de consumo; rediscussão de padrões demográficos e estrutura da economia internacional. É preciso também desenvolver agendas mais incisivas para

fortalecer o papel de grandes grupos de pessoas como mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, sob as condições da sustentabilidade. Em resumo, é preciso que as sociedades humanas alcancem o uso sensato da natureza (Sachs 2009; Ribeiro, Paulino, 2023).

Sustentável, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são termos bastante utilizados na literatura científica, no setor privado e nas políticas públicas, no entanto ainda não há um consenso na proposição do conceito em si (Feil; Schreiber, 2017). Considerando que há convergências e também divergência na percepção e no uso do conceito desenvolvimento sustentável, apresentaremos uma discussão sobre o que é Desenvolvimento Sustentável e o que é Sustentabilidade.

O Desenvolvimento Sustentável é um termo que começa a ser abordado no ano de 1972, no Relatório Meadows intitulado 'Os Limites do Crescimento'. O relatório científico foi escrito por uma equipe de pesquisadores e pensadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), coordenado por Dennis e Dornella Meadows a partir de uma encomenda feita pelo Clube de Roma, fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. O relatório abordou questões urgentes para o futuro desenvolvimento da humanidade e alertou sobre as consequências do aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais.

No ano de 1987, um novo alerta da comunidade científica foi feito através da publicação do estudo intitulado 'Nosso Futuro Comum' (Relatório Brundtland). Este foi desenvolvido no processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92. O Relatório Brundtland propunha uma lista de ações a serem tomadas pelos Estados e, também definiam metas a serem realizadas em âmbito internacional. Nesse relatório, desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Souza; Armada, 2017).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, foram elaborados alguns documentos que discutiam a necessidade de um desenvolvimento mais sustentável para o planeta. Dentre eles, destacam-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Neste documento, o termo desenvolvimento sustentável foi popularizado devido a ampla cobertura da mídia à Conferência.

Contudo, a popularização do termo não é sinônimo de acolhida imediata pelos governos das nações participantes, mas uma proposta de estratégia que deve ser pensada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Neste caso, a estratégia deve integrar

aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações da natureza, devido ao acesso aos seus recursos de forma contínua e perpétua (Feil; Schreiber, 2017). Além disso, são vários os desafios que envolvem o desenvolvimento sustentável:

> 1. Implementar normas de proteção ambiental; 2. Capturar os impactos externos das atividades além do nível local; 3. Reconhecimento da sustentabilidade social; 4. Desenvolvimento humano; 5. Erradicação da pobreza; 6. Produção e consumo equilibrado; 7. Incentivo à educação; 8. Desenvolvimento e manutenção de recursos ambientais; 9. Eficiência na alocação de recursos; 10. Cooperação entre stakeholders, governos e sociedade civil; dentre outros (Sartori; Latrônico; Campos, 2014, pp. 9-10).

O desenvolvimento sustentável tem provocado um repensar a estabelecida ordem mundial, uma redefinição da prática econômica global atual, uma ressignificação da noção de soberania, educação, cultura etc. Essa transição, no entanto, não ocorrerá de maneira espontânea, sendo necessário e urgente um planejamento a longo prazo, com vontade política de se estabelecer objetivos sólidos. É válido lembrar que a sustentabilidade foi definida a partir de um longo processo histórico, bem como, a tomada de consciência sobre problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais. O novo cenário epistemológico assim oferece uma grande esperança de amenizar os problemas entre atividade econômica e atividade humana.

> [...] Não se trata unicamente do desenvolvimento econômico, expressão muitas vezes utilizada como sinônimo de crescimento econômico. O Desenvolvimento Sustentável precisa incluir diversas outras esferas da vida humana, além da econômica. Contudo, a falta de detalhamento conceitual abriu espaço para diversas interpretações (Souza; Armada, 2017, p.24).

Por obviedade, a ideia de sustentabilidade deverá permear concepções, planos, políticas e agendas de ação de uma nova ordem mundial, desde que o desenvolvimento sustentável seja efetivado na prática (Souza; Armada, 2017), ou seja, desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar a sustentabilidade. Isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo, do processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Há também a ideia que preconiza o desenvolvimento sustentável como objetivo a ser alcançado e a sustentabilidade como o processo para atingi-lo (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Assim, é importante o entendimento de que os recursos naturais não são inesgotáveis. Novaes alerta que,

> Reconhecer que o planeta é finito, não tem recursos infindáveis; por isso, a Humanidade precisa adotar formatos de viver – padrões de produção e consumo – sustentáveis, que não consumam mais recursos do que a biosfera terrestre é capaz de repor; não comprometam o meio ambiente, os muitos biomas do planeta, os seres vivos que neles vivem, as cadeias alimentares e reprodutivas; não degradem os seres humanos; além disso, os padrões de viver não poderiam sacrificar recursos e comprometer os direitos das futuras gerações. (Novaes, 1999. p. 324).

No que tange à Sustentabilidade, o atual modelo de sociedade baseia-se no desenvolvimento sustentável da economia, mas precisa ultrapassar o sentido de desenvolvimento econômico; e este não está suportando a pressão exercida pela crise ambiental de âmbito global. Assim, consideramos ser fundamental considerar a Sustentabilidade como nova episteme nos cenários complexos da sociedade moderna. O conceito percorreu um longo processo na sua constituição histórica, passando pela tomada de consciência sobre os problemas ambientais, crises econômicas, até alcançar o problema das desigualdades sociais. Por ser um conceito complexo e contínuo, surgem diferentes abordagens que tentam entender e explicá-lo (Sartori; Latrônico; Campos, 2014).

Uma das abordagens é assumir a sustentabilidade como um princípio aplicável à sistemas abertos, para interagir com a sociedade-natureza, envolvendo sistemas industriais (transporte, produção, energia, etc.), sistemas sociais (urbanização, mobilidade, comunicação, etc.) e sistemas naturais (solo, atmosfera, sistemas aquáticos e bióticos, etc.), incluindo fluxos de informações, bens, materiais, resíduos. Isto é, a sustentabilidade envolve uma interação com sistemas dinâmicos que estão em constante mudança e necessitam de medidas proativas.

Outro aspecto da nossa discussão sobre os termos “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” é que não podem ser utilizados como sinônimos, pois têm significados distintos. O conceito de sustentabilidade com um olhar multidimensional teve origem em 2002, na Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul (Souza; Armada, 2017). Dessa forma, foi a partir do ano de 2002 que passou a ser adequado a utilização do termo “Sustentabilidade” pela consolidação das perspectivas ecológica, social, espacial, econômica, destacando que a importância se dá por meio do equilíbrio destas dimensões (Souza; Armada, 2017).

Além disso, a sustentabilidade é um termo pluridimensional e engloba, sem hierarquia rígida e sem caráter exaustivo, as dimensões sociais, ética, ambiental, econômica e jurídico-política (Freitas, 2012). A dimensão social abriga os direitos fundamentais sociais e reclama o incremento da equidade (intra e intergeracional), condições propícias ao florescimento virtuoso das potencialidades humanas. Quanto à ética da sustentabilidade, ela reconhece a ligação de todos os seres, o impacto retroalimentador das ações e omissões, a exigência de universalização concreta e o engajamento que admite a dignidade dos seres vivos em geral. A dimensão ambiental da

sustentabilidade determina a possibilidade de excepcionais oportunidades para o surgimento de uma nova economia que ultrapassa o culto excessivo dos bens posicionais. No aspecto jurídico-político da sustentabilidade, ela é um princípio constitucional, imediato e diretamente vinculante (Souza; Armada, 2017).

A importância da evolução conceitual da episteme sustentabilidade se apresenta pela impossibilidade de sua dissociação do Direito Ambiental. A utilização irresponsável e desenfreada dos recursos naturais não se coaduna com o caráter limitado desses recursos. A ótica capitalista globalizada nega a lógica contida nessa afirmação exigindo contrapeso do uso sustentável dos recursos naturais (Souza; Armada, 2017).

> Outro fator que atesta a importância da categoria Sustentabilidade é sua obrigatória vinculação à categoria Solidariedade. Aceitar o caráter finito dos recursos naturais e, ato de consequência, a possibilidade de colocar em perigo a continuação da Humanidade pelo uso indiscriminado desses recursos é, ao mesmo tempo, incluir o outro no processo de proteção. Mais do que isso, é incluir aqueles que ainda não estão aqui, as gerações futuras, aceitando o direito que estas gerações possuem de desfrutar o patrimônio oferecido pela diversidade cultural e ambiental do planeta (Souza; Armada, 2017, p. 29-30).

Assim, é necessário manter ainda em voga o debate sobre o conceito sustentabilidade até que seu esgotamento ocorra por meio de práticas de equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, a sustentabilidade é um projeto a ser alcançado pelo planeta e o desenvolvimento sustentável pode vir a ser o melhor caminho para tornar este projeto possível. Entender a diferença entre os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável permite entender o desenvolvimento sustentável como uma via para se alcançar a Sustentabilidade.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB O ENFOQUE DA CULTURA

A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São um total de 17 objetivos interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento global enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo a serem implementados nos próximos 20 anos. Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e

garantir que as pessoas, nos mais diversos lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Os 193 Estados membros da ONU, incluindo o Brasil, comprometeram-se a adotar a chamada Agenda Pós-2015, considerada uma das mais ambiciosas da história da diplomacia internacional. A partir dela, as nações trabalharão para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Já existe uma adesão de 85% das nações que consideram a cultura como parte das políticas públicas que contribuem estrategicamente com a preservação do meio ambiente, eliminação da pobreza e redução das desigualdades sociais. As ações da Agenda 2030 também objetivam atingir a iniciativa privada e o terceiro setor.

Sobre a cultura como eixo de desenvolvimento sustentado, ocorreram acaloradas discussões nos fóruns da ONU desde o ano de 2015, culminando com o compromisso global de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. Somado a isso, a cultura também foi exposta como tópico relevante nos encontros anuais do G20, grupo composto pelas 20 maiores economias do mundo. A primeira foi em 2021, sob a presidência da Itália. Depois passou pela Indonésia, Índia, e o Brasil assumiu, pela primeira vez, a presidência do G20 em 1º de dezembro de 2023

> Aprovamos, por unanimidade, que a cultura deve ser um objeto autônomo na Agenda de Desenvolvimento pós-2030. Isso foi um grande avanço, pois garantimos que a cultura deve ser um pilar fundamental para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Na declaração dos líderes do G20 da Índia, conseguimos obter a chancela dos líderes sobre a importância do setor criativo para o crescimento inclusivo; o papel da cultura como meio para o desenvolvimento sustentável; a necessidade de aproveitar as tecnologias digitais para a proteção e promoção do patrimônio cultural (G20: ministra destaca avanços do Grupo de Trabalho de Cultura. (Brasil, 2024).

Estes encontros apresentam diretrizes para que o setor seja mais producente e o acesso à cultura seja ampliado, alcançando as metas compostas na Agenda 2030. Neste sentido, os objetivos estão baseados nos compromissos para crianças e adolescentes nas áreas de pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero.

Os ODS também têm enfoque na temática cultural, sendo debatida durante evento internacional no Equador no ano de 2016 e resultando no documento HABITAT III. A cultura, além de ser um fim em si mesma contribui direta e indiretamente para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável sobre “cidades seguras e sustentáveis”, “trabalho decente e crescimento econômico”, “redução das desigualdades”, “meio ambiente”, “promoção da igualdade de gênero”, e “sociedades pacíficas e inclusivas”. Então, por ser um desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico com vistas a um futuro ambientalmente sustentável, é indispensável incluir a cultura nas principais discussões.

Dentre os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nossa análise vislumbra os sete seguintes: 4 – Educação de qualidade, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 12 – Consumo e produção sustentáveis; 13 – Combate às alterações climáticas, 16 – Paz, Justiça e Instituições fortes; e, 17 – Parcerias e meios de implementação.

A CULTURA NO ESCOPO DOS SETE ODS DESTACADOS

O ODS 3 – “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” é um objetivo autoexplicativo, pois é de conhecimento comum o bem estar que a cultura promove na sociedade, tanto no estímulo do convívio social quando existe reunião de pessoas para discorrer sobre a temática, quanto nos bons sentimentos que ela promove ao ocorrerem atividades culturais como teatro, cinema, música, dança, participação em feiras, na aquisição de objetos que remetem à história do local.

No caso do ODS 4, por seu turno, visa – “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”, e está focado na educação, pois busca promover uma cultura de paz e não violência, valorização da diversidade cultural e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável tanto no contexto da comunidade local, quando em ambiente global. Sabe-se que a educação é transmissora da cultura e isso é fator determinante na preservação da identidade de um povo.

Sobre o ODS 5 - “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, evidenciamos a realidade de mulheres que compõem uma importante porcentagem de pessoas empregadas no setor da cultura. Sua presença deixa legados significativos em diferentes aspectos da sociedade. A atuação nos diversos espaços da cultura como o que ocorre nos segmentos das artes

cênicas, visuais, das artes circenses, no ambiente literário, musical e de dança, nas diversas áreas esportivas, nos segmentos do artesanato, e até mesmo na gestão de instituições e movimentos culturais têm ajudado a ressignificar o papel da mulher na sociedade contemporânea e têm promovido mudanças significativas em nossa forma de ver o mundo

O ODS 8 - “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. O impacto do turismo cultural na economia mundial corresponde a 40% das receitas, é fato positivo nos ODS. Neste sentido, o patrimônio cultural é potencializador de investimentos no turismo local por envolver as comunidade locais, os espaços históricos, e o ambiente urbano de forma sustentada, por promover emprego digno, por empoderar populações desassistidas, por resgatar costumes e hábitos, por fortalecer vínculos, por provocar reflexão nas pessoas quando incentiva a preservação histórica, arquitetônica, natural e memorial.

ODS 10 – “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, mercados locais são propulsionados por comércio de bens e serviços culturais o que promove emprego em trabalho decente e estimula a produção local, além de atrair negócios. No Brasil, temos diversas cidades que têm sua economia baseada na manutenção e preservação do patrimônio intangível (artesanato, música, dança, artes visuais, culinária tradicional e teatro). Basta citarmos os exemplos de empoderamento do turismo por meio da preservação de seus patrimônios históricos, culturais, naturais e memoriais, a saber as cidades de Ouro Preto (MG), Pirenópolis (GO) e Paraty (RJ).

A cultura também é eixo do ODS 11: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A Meta 11.4 pede o fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. É possível verificar análise da temática no relatório “Culture: Urban Future” proposto pela UNESCO que discorre sobre conservação, gestão do patrimônio urbano, bem como sobre promoção de indústrias criativas e culturais.

Os demais objetivos buscam promover ações relativas ao clima, conhecimento local do ecossistema, extração de recursos naturais e de materiais locais de maneira a diminuir gastos com tecnologia, energia no estímulo à economia verde, subsistência sustentável; impulsionar a paz e a cultura com respeito à diversidade e aos direitos humanos, prevenindo conflitos e protegendo dos grupos marginalizados; encorajar a ocupação de espaços abandonados com vistas a propulsionar a economia local, transformando em espaço público de reunião de pessoas, promoção de eventos e atividades culturais incitando o convívio social.

O abrangente conceito de cultura que hoje podemos tecer, considerando as manifestações atitudinais e comportamentais dos grupos sociais como modos coletivos de vida, com características

peculiares e condições regulares para coexistir com outros modos, sem que para isso um modo necessite assumir-se superior ou inferior a outro, é bem diverso e divergente do entendimento elitista de cultura consolidado no século XIX (Paulino, 2018).

Na esteira de Charles Darwin (1809-1882) e sua teoria evolucionista de que a sobrevivência das espécies está intrinsecamente relacionada à seleção natural, Tylor afirma em sua obra que a cultura não é algo inato no ser humano, mas adquirido e aprendido nas relações sociais e experiências pessoais e coletivas, e atravessa um período evolutivo que se inicia no estágio selvagem, transitando pela barbárie, até e alcançar o estágio civilizatório. Essa concepção de cultura cuja orientação referia-se a um esforço civilizador de educação sistemática, aperfeiçoamento moral e elevação do gosto ao modo iluminista serviu para qualificar e gradalizar culturas não europeias, além de incentivar ajustes e até alterações de costumes de outros povos para que se tornassem condizentes com o padrão civilizatório europeu, quando não totalmente europeizados (Bauman, 1998; Paulino, 2018). Tylor propõe que:

> É de conhecimento principalmente o saber, a arte e os costumes, e de fato apenas um conhecimento muito parcial neste campo, diante da vasta gama de aspectos físicos, políticos, sociais e; considerações éticas, que são deixadas praticamente intocadas. O padrão de avaliação do progresso e do declínio não é o ideal do bem e do mal, mas o movimento ao longo de uma medida linear de grau a grau de selvageria, barbárie e civilização. A tese que eu me atrevo a sustentar, dentro dos limites, é simplesmente isso, que o estado selvagem em alguma medida representa uma condição inicial da humanidade, a partir da qual a cultura superior tem sido gradualmente desenvolvida ou evoluída, por processos ainda em operação regular como antigamente, e o resultado mostra que, no geral, o progresso prevaleceu sobre a recaída (Tylor, 1871, p. 32-33).

Desde então têm ocorrido acaloradas discussões sobre culturas, civilidade burguesa, sendo tecido na contramão de Tylor o entendimento de que é plausível compreender cultura como conceito disseminado no espaço das manifestações coletivas e dos comportamentos individuais (Paulino, 2018). Especificamente, nossa investigação considera a questão dos trabalhadores que desenvolvem seu ofício na cultura, cuja atividade profissional precisa ser valorizada, garantindo direitos, boas condições de trabalho, salário digno, saúde, entre outros; por isso, é fundamental que sejam estabelecidas políticas públicas para promover e garantir o acesso a esses direitos fundamentais, a considerar que são vetores potenciais para a implementação do desenvolvimento sustentável. Valorizar esses trabalhadores se converge na sustentabilidade de suas comunidades, isso porque, por meio do trabalho desses profissionais, elas se transformam em lugares de alternativas sustentáveis de consumo, com consciência, racionalidade e responsabilidade.

O termo “fazedores de cultura” é uma expressão que surgiu no Brasil na última década no campo da participação dos diversos grupos de cultura popular nas políticas culturais, e aponta para uma mudança conceitual que dá protagonismo aos agentes da sociedade na produção cultural do país (Pieroni, 2018). Esses protagonistas são denominados de trabalhadores da cultura e empreendedores culturais. Eles têm papel imprescindível na sociedade porque contribuem com o fortalecimento da cultura e permitem o incremento de sua própria renda e contribuem com a sustentabilidade.

Podemos considerar, acompanhando Prado, Silva e Silvestrini (2020), há uma percepção distorcida da sociedade sobre trabalhadores da cultura e atuação de fato desses trabalhadores, pois eles necessitam recorrer a fontes alternativas para gerar sustentação existencial, devido à desvalorização e à dificuldade de reconhecimento do trabalho na/da cultura como um ofício, diante a racionalidade neoliberal. Embora estes trabalhadores tenham um papel importante, nem sempre tem o reconhecimento que eles merecem. Assim, novas concepções de cultura precisam de teor e corpus epistemológico que afirmem o diverso, o plural e o coletivo como fundamentos das relações entre grupos culturais, respeitando-se as identidades particulares a cada grupo e considerando que entre elas as fronteiras são palcos de conflitos e de diálogos que servem para atenuar as tensões causadas por diferenças identitárias e comportamentais, além da defesa de suas memórias como acontecimentos dramáticos do passado sacralizados nos jeitos da vida presente (Paulino, 2018).

A história da Amazônia tem escondido as ruinas que o dominador gerou nessa região. Se verificarmos as fontes historiográficas sobre o passado na Amazônia, desde a chegada do explorador europeu no século XVI, notaremos que elas silenciaram as vozes dos povos originários e dos povos africanos trazidos a partir do século XVII, e seus sofrimentos diante do expedicionário e colonizador europeu. Além disso, a consolidação da posse das riquezas locais se dá com processos sistemáticos de escravização e extermínio desses povos, já que mortos ou escravizados estão impossibilitados de reivindicar sua herança. Ainda assim, diversas nações indígenas e remanescentes de escravizados sobreviveram ao processo de colonização e buscaram formas de resistência contra as pilhagens de suas riquezas e de seus territórios, sendo ainda hoje atacados por grupos organizados que insistem em investiduras contra seus territórios.

As vozes locais insistem em manter vivos os olhares, as memórias e as reminiscências dos diversos habitantes da floresta sobre a existência humana, desautorizando, contrapondo, condenando e desinventando as narrativas de expedicionários, exploradores, conquistadores, colonizadores, pesquisadores e viajantes que aportaram na região com olhares de cobiça, pilhagem e espoliação sobre os povos originários e suas heranças e de escravização e subjugação dos povos africanos (Paulino, 2016).

O desenvolvimento não exclui a discussão cultural, embora seja perceptível na maioria dos discursos e nos documentos que analisamos a exclusão e ausência da temática da cultura e sustentabilidade. Assim, a natureza apartada do fazer humano configurado na visão ecológica do verde pelo verde é ainda presente. Apesar disso, é raro, mas é possível verificar, novas contribuições de pesquisadores fortalecendo a associação das referências culturais ao conceito de sustentabilidade, integradas à perspectiva de progresso humano (Tavares, 2012). Por fim, vale lembrar que a cultura e suas dimensões simbólica, cidadã e econômica são consideradas como parte intrínseca no desenvolvimento de qualquer sociedade (Brasil, 2008).

> Quer se trate da erosão da biodiversidade ou da mudança do clima, a diversidade cultural desempenha um papel fundamental, apesar de ser frequentemente subvalorizada, na resposta aos desafios ecológicos atuais e na promoção de um meio ambiente sustentável. Os fatores culturais têm um papel determinante nos comportamentos consumistas, em valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza (UNESCO, 2009, p.26).

Tavares (2012) defende que as políticas culturais mais abrangentes se conectam com as discussões que geraram o conceito de sustentabilidade e a questão ambiental. Entre as décadas de 1970 e 1980 ocorreram mudanças na abrangência de temas que norteiam as ações das agências multilaterais de cooperação internacional. As conferências realizadas pela UNESCO em Veneza (1970) e no México (1982) levam para o centro do debate internacional o tema das políticas culturais, proclamando o valor da cultura como elemento estratégico no caminho para o desenvolvimento integral. Por ocasião da VII Reunião do Conselho Interamericano de Cultura em 1973, a OEA resolveu selar a virada no seu modo de compreensão e atuação no campo da cultura, ao defender uma concepção mais ampla, diferindo da aconselhada na década de 1960.

Nessa perspectiva, considerando o que é cultura, o que são os fazedores de cultura, pode-se afirmar que pesquisas que buscam discutir a relação entre a sustentabilidade e o trabalho desses atores sociais é muito importante e necessária, para que sejam criadas políticas que beneficiem esses trabalhadores da cultura.

É imprescindível também que se busque o desenvolvimento de políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural construído e imaterial, e que também promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão ampla da cultura, na qual os valores solidários, simbólicos e transculturais estejam fundamentados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

DISCUSSÕES CIENTOMÉTRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PRÁTICAS CULTURAIS

Em nosso estudo, avaliamos os discursos de sustentação ou não-sustentação do desenvolvimento social e econômico, relacionados à população que lida com cultura no ambiente amazônico. Os documentos investigados a partir de resultados cientométricos demonstram que as diversas investigações abordam iniciativas que estão relacionadas com o Desenvolvimento Rural Sustentável, que é o caso de Tavares (2007); Silva (2008); Ataíde (2005), Raiol (2007), Mourão (2004). Segundo Amaral (2007), é fundamental a organização sindical dos trabalhadores rurais no desenvolvimento sustentável. Podemos ainda complementar essa tese destacando Silva (2003), que relaciona a pedagogia da alternância como ponto necessário ao fortalecimento da agricultura familiar, e da reforma agrária no empoderamento das populações rurais.

Nossas análises documentais também discutem as práticas socioculturais sustentáveis ligadas aos trabalhos e fazedores de cultura. Nesta perspectiva, tem-se a pesquisa “Saberes tradicionais como patrimônio imaterial na Amazônia intercultural: saberes, fazeres, táticas e resistência dos ceramistas de Icoaraci”, de Tavares (2012), que tem como ponto de partida os saberes tradicionais dos ceramistas de Icoaraci da cidade de Belém/Pará. Buscou mostrar como se desenvolve a dinâmica da produção de cerâmica, a interação de homens e mulheres, velhos e jovens com suas habilidades, dedicação, criatividade, resistência e táticas, assim como, a interrelação com as políticas circunscritas aos saberes tradicionais e ao artesanato são exemplos bastante promissores de sustentação e cultura.

Notamos que os processos de mudança, criação e reinvenção da tradição, e a falta de alcance de políticas públicas de cultura para a maioria da população brasileira, excetuando grupos concentrados nas camadas elitizadas da população, demonstram que o tratamento que deveria ser dado à diversidade cultural e aos saberes herdados dessa condição diversa na perspectiva de sustentabilidade, não oferece as condições necessárias para que essas tradições se reinventem a partir e por meio das necessidades de vivência e do desejo de criar e recriar suas condições de ser e viver na Amazônia.

Destaca-se a produção de Tavares (2012) pelo fato dele ter como protagonistas os fazedores de cultura amazônicos, os ceramistas, na perspectiva da sustentabilidade. Segundo Tavares, a cultura é um mecanismo de desenvolvimento econômico e social que se tornou comum no mundo, incluso o Brasil. Assim, para os mais pobres, ela representa uma possibilidade de incremento de renda, enquanto para os mais ricos, ela significa um meio acumulativo de capital legítimo. Diante disso, os governos têm formulado e implementado ações públicas de fomento ao empreendedorismo cultural feito pela população mais vulnerável.

Por fim, evidencia-se que os governos e pesquisadores necessitam urgentemente implementar os objetivos do desenvolvimento sustentável relacionando-os à cultura, e promover, na medida do alcance de metas, a temática cultural à realidade de cada região. Ainda assim, enfatiza-se a necessidade de mais investigações que relacionem as atividades dos criadores e fazedores de cultura com os pressupostos do desenvolvimento sustentável, que valorizem o patrimônio imaterial que mantêm vivas a cultura e a identidade local dos povos, fortalecendo a economia local com estímulos ao empreendedorismo regional e iniciativas de economia criativa e solidária. Assim se promove o fortalecimento popular com a manutenção de raízes sólidas de herança do passado e se vislumbra um futuro consciente e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos abordar as principais ideias e informações sobre dois importantes conceitos: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e estabelecer a relação entre Cultura e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Vale destacar que não é uma tarefa fácil conceituar esses termos porque há muita história, lutas, ideias por trás de cada um. São, apesar de ter diferenças, conceitos que estão diretamente relacionados e que precisam ser constantemente discutidos e refletidos, porque dizem respeito sobre o que estamos fazendo com esse planeta e como vamos deixá-lo para as gerações vindouras.

Considerando a importância desses conceitos, foram encontradas teses e dissertações que abordam sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em estudos realizados por pesquisadores que atuam em instituições públicas localizadas na Amazônia Brasileira e que relacionam aquelas temáticas aos estudos de hábitos culturais. Neste sentido, ressaltamos a importância de pesquisar como criadores e fazedores de cultura que desenvolvem suas atividades na Amazônia podem se relacionar com o desenvolvimento sustentável, seus objetivos e a sustentabilidade. Além disso, a ênfase na cultura como fator de sustentabilidade ainda é recente, sobretudo, nas políticas públicas.

Logo, o desenvolvimento sustentável pode ser um importante fator de equidade no século XXI, uma vez que não se limita um segmento específico, mas permeia diversas ações da sociedade; lida com a criatividade que transita entre o novo e o antigo e leva a sociedade a construir um quadro de referência com relação a seu futuro. Embora raramente pensadas em termos de sustentabilidade, as políticas culturais são importantes, pois seus recursos de intervenção se aproximam em geral da subjetividade humana e no seu ensejo ecológico como componente fundamental da articulação ético-política capaz de conciliar o desenvolvimento ao crescimento econômico (Vecchiatti, 2004).

Ainda para Vecchiatti (2004), pensar a cultura como um fator de desenvolvimento é valorizar identidades individuais e coletivas, promover a coesão em comunidades e acreditar que as características da cultura podem ser um fator de crescimento em determinado território, como é o caso de diferentes regiões rurais com relação aos seus produtos agrícolas, seus costumes e paisagens aproveitadas pelo turismo. Desse modo, não há fronteiras territoriais. A cultura é tão importante em grandes metrópoles como em áreas rurais. Em cada local, muitos agentes são envolvidos, com tarefas e formatos variados e, conseqüentemente, resultados distintos. Ademais, os processos são muito similares e envolvem, por meio de parcerias de médio e longo prazos, os agentes públicos, privados e do terceiro setor. Incentivar o desenvolvimento da cultura em um país como o Brasil ainda é encarado como um elemento supérfluo e pode ser considerado um trabalho dificílimo e infinito, devido a verbas restritas, incapazes de atender à efervescência de incontáveis manifestações. O desenvolvimento da cultura e sua conciliação com o crescimento econômico não ocorrerão a partir da implantação de um elemento específico da cultura, mas sim pela interação entre diferentes centros de influência (as artes, as escolas, as instituições públicas e privadas) e pelas políticas públicas, como balizadoras e direcionadoras das ações governamentais, certamente capazes de impulsionar o aperfeiçoamento e a interação desses centros.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Tonildes Lisboa de. **Agricultores familiares no Município de Igarapé-Açu**: estudo da participação em processos de desenvolvimento local sustentável. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. UFPA, Belém, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **G20: ministra destaca avanços do Grupo de Trabalho de Cultura.** Governo Federal, 13 março 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/g20-ministra-destaca-avancos-do-grupo-de-trabalho-de-cultura. Acesso em: 30 mar. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies: A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida [1859].** Tradução de Carlos Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2015.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, p. 667-681, 2017.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MOURÃO, Patrícia de L. **Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba, Pará**. Núcleo de Est. Integrados sobre Agricultura Familiar. UFPA, Belém, 2004.

ONU-BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

NOVAES, Washington. Agenda 21: um novo modelo de civilização. *In*: MELLO, Celso de Albuquerque (Coord.). **Anuário: direito e globalização, 1:** a soberania. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PAULINO, Itamar Rodrigues. **Mulheres Guerreiras Konduri: o imaginário e o real na desinvenção da História da Amazônia.** In: Martius-Staden-Jahrbuch (Anuário). n. 63 (2020). São Leopoldo: Oikos, 2020. Pp. 203-216.

_____. A Amazônia entre culturas, identidades e memórias. In: LIMA, R.; MAGALHÃES, M. da G. (Orgs). Culturas e Imaginários: deslocamentos, interações e superposições. Rio de Janeiro, Letras, 2018.

_____. **Entre les remous de l'imaginaire et les houles du réel : un regard sur la littérature amazonienne brésilienne dans la contemporanéité.** Em OLIVIERI-GODET, Rita (org.). Cartographies littèraires du Brèsil actuel. 1ª ed. Bruxelles: Peterlang, 2016. v. 14.

RIBEIRO, Aylla C. S.; PAULINO, Itamar R. **Plantas medicinais, saúde e sustentabilidade na Amazônia: uma análise do atual estado da arte na plataforma WoS.** Em: Nas teias da Amazônia: desenvolvimento sustentável no contexto amazônico / Sebastião R. da S. Junior, Helionora da S. Alves, Thiago A. Vieira (orgs.). Col. Nas Teias da Amazônia – vol. VII. Curitiba: CRV: 2023.

PRADO, Ana Carolina da Silva Almeida; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 706-724, 2020.

PIERONI, Gabriella Cristina. **Fazedores de cultura, comedores de patrimônio:** Estado e sociedade civil no registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação (2000/2016). IPHAN, Rio de Janeiro. 2018.

RAIOL, Elizabeth Cristina Tavares. **Intervenção de desenvolvimento na agricultura familiar**: um estudo de caso da articulação entre estrutura e ação nas práticas do PROAMBIENTE no Polo do Rio Capim. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. UFPA, Belém, 2007

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 01-22, 2014.

SILVA, Márcia C. L. **Da casa da família à casa da escola**: dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no Município de Cametá - Pará. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, Marizete Fonseca da. **Pensar o trabalho é pensar a vida**: as dimensões da formação na pedagogia da alternância da escola família agrícola de Marabá-PA. 2003. 103 f. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. UFPA, Belém, 2003.

SILVA, Tarcísio Feitosa da. **A última peça do mosaico das unidades de conservação da Terra do Meio – Pará - Brasil**: o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA, Belém, 2009.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes**. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA, Belém, 2006.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 17 – 35, jul/dez. 2017.

TAVARES, Auda Edileusa Pian. **Saberes tradicionais como patrimônio imaterial na Amazônia intercultural**: saberes, fazers, táticas e resistência dos ceramistas de Icoaraci. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2012.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture:** researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. London (GBR): John Murray, 1871.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 90-95, 2004.

UNESCO. **Cultura**: no coração dos ODS. 2023. Disponível em: https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods.

UNESCO. **Declaração universal da Unesco sobre a diversidade cultural.** Brasília, DF: Unesco, 2002. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf. Acesso em: 01 junho 2024.

@revistaeai

revistaeducacaoarteeinclusão@gmail.com

revista eai educação, artes & inclusão